

“Mulheres, Família e Desigualdade”

Preâmbulo

A dissertação de doutoramento que aqui apresento não se inscreve numa perspectiva neutra do conhecimento, desprovida de juízos éticos e pretensamente isenta de valores, muito comum em Economia. Ela constitui, pelo contrário, o desembocar dum processo de amadurecimento intelectual e pessoal duma mulher inquieta e inconformada com o estado do mundo, com o sofrimento evitável de milhões de seres humanos que se vêem impedidos de se cumprir como pessoa, com a desigualdade gritante de oportunidades de vida para aqueles a quem a minha geração passará o futuro. Nesse sentido, ele constitui também um ajuste de contas com o passado, uma modesta homenagem reverencial às mulheres e aos homens que me antecederam, vivendo vidas condicionadas por sistemas de valores e condições (objectivas e subjectivas) cerceadores do livre exercício de juízo crítico e de acção concreta em prol da existência humana.

Nasci mulher, numa pequena vila de província situada no ocaso do Estado Novo. Num ambiente social opressivo, com odor a sacristia, censório da liberdade individual e castrador da ambição criativa, sobretudo para as mulheres. Por um qualquer desígnio que não ousou sondar, dei comigo a reflectir precocemente sobre as perplexidades da existência humana. Porquê o sofrimento? Porquê a desigualdade? Que sentido pode ter tudo isto? Nenhum, parecia-me. As fábulas bíblicas de que fui tomando conhecimento eram excessivamente fantasiosas para nelas encontrar caminho. Contudo, à falta de melhor alternativa, dei comigo a procurar nelas um projecto de vida satisfatório. Era preciso ajudar (e ajudar-me) a encontrar um sentido.

Os poderes que me rodeavam eram todos masculinos: O presidente da câmara municipal, o padre, os médicos, o delegado escolar e, lá mais longe, no fundo da televisão a preto e branco lá de casa, os presidentes do conselho e da república. A

mulher com mais poder que conhecia pessoalmente era a minha mãe: trabalhava fora, ganhava um ordenado, guiava um automóvel e tomava decisões sozinha sobre muitas coisas. Mas não era assim com as mães da maioria das outras crianças. Eram domésticas, trabalhavam no negócio do marido ou no campo, não tinham dinheiro delas e dependiam do marido para tudo (“ele é que traz dinheiro para casa”, ouvi muitas vezes como justificação). Impressionava-me particularmente que nem sobre os filhos elas exercessem autoridade (“logo pedes isso ao teu pai” ou “logo vais-te haver com o teu pai”, pronunciavam elas, do fundo da sua menoridade de “domesticadas” como involuntária mas certamente lhes chamou, à época, o meu amigo António, por lapsus linguae que logo pagou com a expulsão imediata da sala de aula). Pior ainda era o carácter aleatório da sorte das mulheres no contexto do casamento. Às vezes corria bem, outras mal e nalgumas muito mal. Era “uma carta fechada”. “Deus queira que tenha sorte” comentavam as amigas da noiva, em voz baixa e com ar condoído, à mesa da boda. Não havia divórcio. Das viúvas esperava-se que “preservassem a memória do marido”, a “desonra” das mães solteiras só era superada pela desgraça irremediável das mulheres de “má vida”. Mas o mais intrigante de tudo, para uma menina que tentava perceber o mundo, era o habitual discurso das mulheres segundo o qual, elas próprias, ou melhor “as outras” (que eram elas próprias enquanto categoria) seriam as principais culpadas pela maioria dos desvarios dos homens. Isso, eu não percebia de todo. Das entranhas da minha perplexidade começou a emergir uma enorme desconfiança sobre o meu próprio destino, de mulher, num mundo de homens...

A Revolução de Abril encontrou-me nos bancos da escola, com Salazar e Tomás ainda a olharem-me do alto dos seus altaneiros retratos de parede, a estudar em livros muito arranjadinhos, com algumas pálidas gravuras da vida e muitas frases nacionalistas. Desse tempo retenho a memória da esperança nos olhos do meu pai e de grandes perturbações na rotina. A televisão passou a transmitir imagens de multidões que desfilavam nas ruas de Lisboa, intercaladas com filmes e teatros estranhos, onde cabiam canções com letras desconhecidas, linguagem vernácula, corpos seminus e discursos inflamados. No ano lectivo seguinte, as aulas na minha escola só começaram em

Janeiro. Os programas tinham mudado, já não havia livros (só fotocópias) e a escola viu-se invadida com mais meninos e meninas, muitos deles regressados de África, relatando vivências muito diversas e manifestando, em geral, maior vocação para festejar a vida do que nós, os autóctones.

No meio da grande turbulência escolar dos anos seguintes deparei-me com uma disciplina de introdução à Economia no nono ano. O professor falou-nos de condições de vida, de desigualdade, de desenvolvimento e subdesenvolvimento, de sistemas económicos alternativos; calculámos o valor dos agregados macroeconómicos e o valor real dos salários. Interessei-me. Parecia haver ali um potencial para a acção em prol da humanidade, uma margem para informar escolhas libertadoras. Quem sabe, não seria por ali o meu caminho? Decidi experimentar.

O estudo da Economia na Universidade revelou-se uma profunda decepção. Tinha-me equivocado. A Economia afinal não era sobre as pessoas e as escolhas alternativas de destinos colectivos libertadores mas sim sobre uns seres anódinos, chamados “agentes económicos” que podiam ser empresas ou pessoas (as famílias eram consideradas um agente) e, neste último caso, eram seres tristes e sozinhos que vendiam trabalho para comprar bens e serviços com o objectivo de maximizar uma coisa que só então descobri: a utilidade. Claro está que, tal como os anjos, os agentes económicos não tinham sexo, embora fossem sempre referidos no masculino. Mas isso era porque as regras da linguística assim determinavam. Como seres etéreos, surgiam na vida já adultos e, na sua maioria, à procura de trabalho que lhes seria dado por uns quantos capitalistas, protagonistas estes duma realidade importante e difícil de medir chamada acumulação de capital. O seu desígnio comum era o equilíbrio. Chamava-se a tudo isto teoria neoclássica. Que sensaboria. Tinha-me libertado das fábulas bíblicas da minha infância mas acabava de me enredar noutras, mais entediantes ainda porque menos fantasiosas. É certo que, aqui e ali, falávamos de desenvolvimento, de condições de vida, do papel social do Estado. Também era comum ouvirmos criticar o paradigma neoclássico mas as críticas não desembocavam em alternativas. Foi entediante e algo penoso chegar ao fim.

Apossou-se então de mim uma forte angústia vivencial. Que fazer com aquele diploma? Era preciso ganhar a vida mas não via bem como fazê-lo sem perder a alma. Muitas dúvidas e uma depressão depois, decidi que talvez ainda houvesse alguma coisa para descobrir que valesse a pena. Alguns vislumbres no curso e algumas leituras pessoais alimentavam-me ainda a esperança. Tomei contacto com outras ideias. Li Polanyi, Schumacher, Hirschmann, Sen, Williamson, Krugman. Afinal, havia quem ainda visse gente dentro da economia.

Estava-se no final da década de 80. O país aderira recentemente à União Europeia, vivia-se um optimismo exultante, uma nova fé nas possibilidades do crescimento económico, os hábitos de consumo transformavam-se rapidamente, os políticos enunciavam as virtualidades dum grande mercado único em bens, pessoas e capitais. Para uma jovem economista tacteante a Economia Internacional parecia um domínio promissor. Comecei por aí. Estudei, investiguei. Fui ficando...Em meados da década de 90 dei comigo mãe de duas crianças lindas, amorosas e exigentes em tempo, sono e dedicação, como todos os bebés humanos. Tinha ao meu lado um companheiro dedicado, um pai empenhado, um feminista prático. Mas a Academia era exigente e, ao mesmo tempo sufocante. Sentia que talvez não tivesse as competências necessárias para ser pessoa, mãe e economista académica em simultâneo. A privação do sono a que estive sujeita na minha qualidade de mãe, não ajudava. Face à possibilidade de experimentar outro tipo de actividade profissional, mal hesitei. Durante 6 anos desempenhei tarefas não académicas. Fiz bem. Fiz-me gente crescida, mais madura, mais consciente do meu valor e mais ciente das minhas motivações mais profundas. Confrontei-me com as angústias e os dilemas das mulheres profissionais mães de filhos pequenos. Olhei à volta e reparei que já não era tão difícil ser mulher em Portugal (já não era preciso pedir licença aos homens para existir) mas ainda era muito complicado ser cidadã, pessoa, mãe e profissional ao mesmo tempo. Tínhamos que escolher apenas alguns dentre estes papéis. Esta descoberta revoltou-me. Alguma coisa está mal quando somos obrigadas a prescindir de dimensões imprescindíveis da vida. Mais: dei conta também das desigualdades gritantes entre as mulheres em Portugal. De um lado, aquelas que (como eu) podiam pagar o

trabalho doutras para lhes aliviar o fardo e poderem abordar o emprego quotidiano mais ou menos descansadas mesmo quando os filhos estavam doentes; do outro, aquelas que não tinham direito a descanso e iam angustiadas para o trabalho depois de deixarem os filhos doentes na creche ou na ama, com um antipirético tomado para lhes baixar a febre. Um dia vi numa montra um livro chamado “Gender and Economics” (Dijkstra e Plantenga, 1997). Foi uma descoberta: já havia mulheres dentro da Economia! Foi nesse momento que começou esta tese. Já lá vão dez anos. Neste percurso fui-me cruzando com inúmeros homens e mulheres com vontade de ver gente de carne e osso nos desequilíbrios da economia, pessoas na sua condição integral de seres a um tempo racionais e emocionais, agentes de escolhas pluri-determinadas, sujeitos de egoísmo e altruísmo, pessoas em relação, protagonistas de conflito e cooperação, homens e mulheres. Descobri fascinada uma ciência social em exuberante dinâmica criativa, que procura recriar-se, a partir de dentro e de dentro para fora, que dialoga com outras ciências e onde a procura de artificiais pontos de equilíbrio estável cede passo à fluidez das dinâmicas. Uma ciência que também quer ser ética sabendo embora que a eficiência não pode descurar-se. Uma ciência que aborda os problemas do mundo real, que quer descobrir como podemos (todas e todos) viver melhor. Hoje, no preciso momento em que escrevo, a crise financeira global mostra, uma vez mais, que não pode haver mercado sem ética, lembrando que a Riqueza das Nações não dispensa os Sentimentos Morais...

O trabalho que aqui apresento pretende ser um contributo modesto para compreender e dar a conhecer a situação económica actual das mulheres portuguesas no seu notável esforço para viverem melhor, para se assumirem como sujeitos de escolhas, como seres em relação com os outros, sobretudo com aqueles que mais amam: os seus filhos/as, os seus companheiros, os seus irmãos/ãs, os seus pais e mães. Somos mais de metade da população deste velho país, ainda determinamos pouco as decisões políticas e económicas colectivas mas temos aproveitado todas as oportunidades que a história nos tem proporcionado para nos emanciparmos economicamente, num esforço permanente para melhorar o bem-estar material das nossas famílias. A democracia e os rumos a que

ela conduziu o país criaram-nos uma janela de oportunidade, sem margem para retorno. Invadimos as universidades, os tribunais, os hospitais, as empresas, estamos nas filas de trânsito, aos balcões do café da manhã, nas linhas de montagem das fábricas, nas redacções dos jornais, nos laboratórios de investigação científica, nas patrulhas da polícia, nas intervenções militares em teatros de guerra. Uma ou outra senta-se à mesa do conselho de ministros, do conselho de administração desta ou daquela empresa; uma ou outra preside a uma autarquia, a uma fundação, a um ministério. Seguramente menos do que aquelas que neste mesmo país, ao mesmo tempo, são vítimas de violência reiterada no silêncio das suas casas, no seio das suas relações mais próximas, por vezes pagando com a morte o preço de terem nascido mulheres. Seguramente menos do que aquelas que continuam a ser exploradas, traficadas e vendidas nas ruas das nossas cidades e na ignóbil mansidão dos bordéis clandestinos que pontuam a paisagem. Seguramente muito menos do que aquelas que terminam os seus dias sozinhas em degradados apartamentos citadinos ou à lareira de velhas casas aldeãs, contando os parcos euros das suas limitadas pensões e tendo que escolher entre o leite que bebem, o medicamento que tomam ou as contas da electricidade que lhes asseguram a companhia surda duma televisão.

Não sei se alguma destas respondeu aos inquéritos estatísticos do INE e do EUROSTAT que usei no meu estudo. Talvez. Afinal os inquéritos têm representatividade nacional. Foi por isso que os interroguei. Mas antes disso consultei aqueles e aquelas que, antes de mim e muito melhor do que eu, formularam perguntas, esboçaram hipóteses, propuseram respostas, desenvolveram instrumentos analíticos e interrogaram outros números, respeitantes a outras mulheres e a outras famílias do nosso vasto mundo.

Lina Coelho, 17/09/2010